

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL VI
CARGA HORÁRIA: 51 HORAS/ AULA
PERÍODO: 8º SEMESTRE

EMENTA: Processo cautelar e tutela de urgência. Teoria geral do processo cautelar. Pressupostos e requisitos. Poder geral de cautela. Medidas cautelares específicas. Medidas cautelares atípicas. Diferenciação entre tutela cautelar, tutela antecipatória e tutela específica. Tutela dos direitos e tutela do processo.

PROGRAMA:

1. Processo cautelar e tutela de urgência.
2. Teoria geral do processo cautelar.
3. Pressupostos e requisitos.
4. Poder geral de cautela.
5. Medidas cautelares específicas.
6. Medidas cautelares atípicas.
7. Diferenciação entre tutela cautelar, tutela antecipatória e tutela específica.
8. Tutela dos direitos e tutela do processo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARAGÃO, Egas D. Moniz. **Comentários ao código de Processo Civil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000. v.2
- ARRUDA ALVIM NETTO, José Manoel de; ARRUDA ALVIM, Eduardo (coordenador). **Inovações sobre o Direito Processual Civil: Tutelas de Urgência**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.
- THEODORO JUNIOR, Humberto. **Processo Cautelar**. Rio de Janeiro: Aide, 1992. v.4
- SILVA, Ovídio A Baptista da. **Curso de Processo Civil: Processo cautelar e Tutela de urgência..** 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. v.3

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ARRUDA ALVIM NETTO, José Manoel de. **Teoria Geral do Processo do Conhecimento**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972. v.2
- ARRUDA ALVIM NETTO, José Manoel de. **Código de Processo Civil Comentado: (arts. 7º ao 49º)**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975. v.2
- SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito processual Civil**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 1979. v.3

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL VII
CARGA HORÁRIA: 51 HORAS/AULA
PERÍODO: 8º SEMESTRE

EMENTA: Exame de responsabilidade civil mediante a delimitação do instituto e dos requisitos. Excludentes da responsabilidade. Dano e reparação.

PROGRAMA:

1. Introdução a responsabilidade civil.
2. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Responsabilidade contratual e Extracontratual. Culpa. Dano . Ato ilícito.
3. Excludentes da responsabilidade.
4. Caso fortuito e força maior.
5. Fato de terceiro
6. Cláusula de não indenizar .
7. Responsabilidade por fato de outrem.
8. Responsabilidade pelo fato da coisa e para guarda ou fato de animais.
9. Responsabilidade civil profissional.
10. Responsabilidade civil nos transportes.
11. Responsabilidade civil no C.D.C.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 2004. v.7
- MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.
- VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 4.ed.São Paulo: Atlas, 2004. v.4

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- DINIZ, Maria Helena. **Código Civil Anotado**. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- FIUZA, César. **Direito Civil: Curso Completo**. 5.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
- LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Curso de Direito Civil: Parte Geral**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971. v.1.
- VIANA, Marco Aurélio S. **Curso de Direito Civil: Parte Geral**. Belo Horizonte: Del Rey, 1993. v. 1.

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO IV
CARGA HORÁRIA: 51 HORAS/AULA
PERÍODO: 8º SEMESTRE

EMENTA: Estudo da Licitação, da Concessão, Permissão e Autorização.

PROGRAMA:

1. Considerações gerais (atenção ao já ensinado em Direito Administrativo II).
2. Finalidade do instituto, princípios e objeto.
3. Dispensa e inexigibilidade de licitação.
4. Anulação e Revogação.
5. Modalidades de licitação.
6. Consórcio de empresas.
7. Concorrência internacional.
8. Sanções administrativas e penais.
9. Concessões.
10. Fiscalização. Remuneração. Extinção.
11. Reversão, encampação, Caducidade, Rescisão e Anulação.
12. Patrimônio do concessionário civil.
13. Serviços permitidos e serviços autorizados.
14. Convênios e Consórcios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de Direito Administrativo**. 17.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 25.ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
PIETRO, Maria Sylvania Zanela de. **Direito Administrativo**. 12.ed.. São Paulo: Atlas, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Administrativo**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DISCIPLINA: Direito Comercial - FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 34 HORAS
PERÍODO: 8º SEMESTRE

EMENTA: Falência – Teoria Geral, Pressupostos, Insolvência Jurídica, Sentença, impontualidade. O Processo Falimentar – princípios, sentença - recursos. Ação revocatória – pedido de restituição – Desconsideração da Personalidade Jurídica.

Recuperação Judicial – Procedimento – Plano de Recuperação – Administração, Comitê de Credores, Assembléia Geral, Ministério Público, o Juiz, Encerramento.

Recuperação Extrajudicial: Conceito e aspectos. Homologação. Falência: efeitos em relação aos sócios, contratos, em relação ao falido. Extinção das obrigações. Reabilitação dos sócios.

PROGRAMA:

1. Falência
 - a. Teoria Geral do Direito Falimentar
 - b. Conceito de Falência
 - c. Pedido de falência como meio de cobrança.
 - d. Visão global do processo falimentar.
 - e. Pressupostos da Falência – Devedor Empresário – Insolvência Jurídica. Sentença Declaratória de Falência.
 - f. Impontualidade injustificada e atos de falência.
 - g. Características Gerais do processo falimentar
 - h. Principais diferenças entre o processo falimentar na nova lei e no antigo decreto-lei 7661/45
 - i. Princípio da "*par conditio creditorum*".
 - j. Princípio da Universalidade do Juízo Falimentar
 - k. Recursos no Processo Falimentar
 - l. Natureza Jurídica da Sentença Declaratória
 - m. Sentença Denegatória
 - n. Ação Revocatória
 - o. O Pedido de Restituição
 - p. Desconsideração da Personalidade Jurídica na Falência
1. Recuperação Judicial
 - a. Procedimento Recuperatório.
 - b. Plano de Recuperação
 - c. Administração Judicial e Comitê de Credores
 - d. Assembléia Geral de Credores
 - e. O Ministério Público na Recuperação Judicial
 - f. O Juiz na recuperação Judicial
 - g. Encerramento na Recuperação Judicial

4) Recuperação Extrajudicial :

- a. Conceito e Aspectos Formais
- b. Homologação Obrigatória e facultativa

5. Efeitos da Falência:

- a. Efeitos da Falência em relação aos sócios.
- b. Efeitos da Falência em relação aos contratos
- c. Efeitos da Falência em relação à pessoa do falido.
- d. Extinção das obrigações.
- e. Reabilitação dos sócios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. **Nova Lei de Recuperação e Falências Comentada**. SP: RT, 2005.
LACERDA, José C. Sampaio de. **Manual de Direito Falimentar**. Ed. Freitas Bastos.
MACHADO, Rubens Approbato (Coord.). Diversos autores. **Comentários à Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Jorge Pereira de. **Manual de Falência e Concordatas**. Ed. Atlas.
NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Empresarial e Comercial**, vol. 3, São Paulo: Ed. Saraiva, 2004.
PACHECO, Silvia. **Processo de Falência e Concordatas**. Ed. Forense.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA
CARGA HORÁRIA: 34 HORAS/AULA
PERÍODO: 8º SEMESTRE

EMENTA: O estudo da metodologia da pesquisa jurídica como instrumento colaborador à confecção de teses e trabalhos jurídicos. Abarca, desse modo, conceitos elementares do processo de conhecimento, passando pelas modernas técnicas de pesquisa, até a problematização de questões teóricas bem como a proposição de hipóteses indicadoras de possíveis soluções para os problemas previamente levantados.

PROGRAMA:

1. Ciência e conhecimento. Os processos de conhecimento e apreensão das realidades. O homem e os fatos que o cercam; a norma e o ordenamento; coerência racional de investigação de campo; dogmática; zetética; enquadramento de metodologia jurídica como pensamento especulativo-analítico; a metodologia como objeto de preocupação da filosofia do Direito.
2. Método e Resultado.
3. A Pesquisa no Campo do Direito.
4. A dimensão profissional da pesquisa, a dimensão acadêmica.
5. A escolha do tema.
6. Projeto de pesquisa. Elaboração. Forma. Levantamento bibliográfico. Colocação de objetivos, finalidades e justificativas.
7. Problematização e formulação de hipóteses. Proposições teóricas, abstratas e concretas.
8. Técnicas de pesquisa.
9. As etapas da pesquisa.
10. Índice hipotético, introdução, desenvolvimento, conclusão, apêndice e bibliografia. Tema provisório e a finalidade da dissertação.
11. Redação científica.
12. Regras formais de apresentação.
13. A confecção do trabalho.
14. A avaliação do trabalho científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**, 12ª ed., São Paulo, Perspectiva, 1995.
LEITE, Eduardo de Oliveira. **Monografia Jurídica**, 2ª ed., Porto Alegre, Sergio Fabris, 1985. NUNES, Luiz Antônio Rizzato. **Manual de Monografia Jurídica**. 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASTI VERA, Armando. **Metodologia da pesquisa científica**. Tradução de Maria Helena Guedes e Beatriz Marques Magalhães, Porto Alegre, Globo, 1974.
DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**, 6ª ed., São Paulo, Cortez, 1999.
GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do ensino superior**, 3ª ed., São Paulo, Atlas, 1997.



FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO – FADISP
Autorizada pela portaria Ministerial nº 1358 de 04/07/01 – DOU 09/07/01
Portaria nº 366 de 2006

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar. **Monografia Jurídica: orientações metodológicas para o trabalho de conclusão de cursos**, 2ª ed., Porto Alegre, Síntese, 2001.

SOUZA, Maria Cecília de et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, 17ª ed., Petrópolis, Vozes, 1994.

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO III
CARGA HORÁRIA: 34 HORAS/ AULA
PERÍODO: 8º SEMESTRE

EMENTA: Visão panorâmica do processo e procedimento. Investigação do processo administrativo tributário e do processo judicial tributário. Princípios constitucionais aplicáveis à espécie. Medidas de iniciativa da Fazenda Pública e medidas de iniciativa do sujeito passivo, tanto no campo administrativo, como no patamar judicial.

PROGRAMA:

1. Noções e controvérsias acerca das expressões processo e procedimento.
2. Processo tributário: administrativo e judicial; regime jurídico; princípios constitucionais aplicáveis à espécie; legislação básica.
3. Processo administrativo tributário voluntário.
 - 3.1. Consulta.
 - 3.1.2. Denúncia espontânea.
 - 3.1.3. Restituição e compensação de tributos.
4. Processo administrativo tributário contencioso.
 - 4.1. Processo administrativo tributário federal/Receita Federal e INSS.
 - 4.2. Processo administrativo tributário estadual.
 - 4.3. Processo administrativo tributário municipal.
5. Processo judicial tributário.
 - 5.1. Dívida ativa e Certidão da dívida ativa.
 - 5.2. Medidas em prol da Fazenda Pública.
 - 5.2.1. Ação Cautelar Fiscal.
 - 5.2.2. Ação de Execução Fiscal.
 - 5.2.3. Ações Penais.
 - 5.3. Medidas em prol do Sujeito Passivo.
 - 5.3.1. Embargos à Execução.
 - 5.3.1.1. Exceção à Pré-Executividade.
 - 5.3.2. Mandado de Segurança.
 - 5.3.3. Ação Cautelar Inominada.
 - 5.3.4. Ação Cautelar Incidental.
 - 5.3.5. Ação de Consignação em Pagamento.
 - 5.3.6. Ações Ordinárias.
 - 5.3.7. Ação Declaratória.
 - 5.3.8. Ação Anulatória de Débito.
 - 5.3.9. Ação de Repetição de Indébito.
 - 5.4. Ação Rescisória e Embargos à execução para rescisão de julgado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ALVIM, Eduardo Arruda, **Mandado de Segurança em Matéria Tributária**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.
- CAMPOS, Dejalma de, **Direito Processual Tributário**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- MARINS, James, **Direito Processual Tributário Brasileiro (administrativo e judicial)**, 2.ed. São Paulo: Dialética, 2002.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto, **Lei de Execução Fiscal: comentários e Jurisprudência**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ALVIM, Tereza Arruda, MARINS, James e ALVIM, Eduardo Arruda. **Processo Tributário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- CORRÊA, Antonio, **Dos crimes contra a ordem tributária**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1996.
- FRIEDE, Reis. **Medidas Liminares em Matéria Tributária**, 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- HUCK, Hermes Marcelo. **Evasão e Elisão: Rotas Nacionais e Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 1997.
- MACHADO, Hugo de Brito. **Mandado de Segurança em Matéria Tributária**. 3.ed. São Paulo: Dialética, 1998.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Mandado de Segurança**. 20.ed. São Paulo: Malheiros, 1998.
- ROCHA, Valdir de Oliveira. **Problemas de Processo Judicial Tributário**. São Paulo: Dialética, 1998.

DISCIPLINA: DIREITO AMBIENTAL
CARGA HORÁRIA: 51 HORAS/AULA
PERÍODO: 8º SEMESTRE

EMENTA: Abordagem do estudo do meio ambiente, sua proteção constitucional, princípios, competência legislativa de proteção. O controle administrativo.

PROGRAMA:

1. Direito ambiental – meio ambiente.
2. O meio ambiente no direito comparado.
3. Princípios de Direito Público.
4. A Constituição Federal.
5. Princípios e Competência.
6. Responsabilidade civil e Reparação do dano ecológico.
7. Responsabilidade penal e dano ambiental. A pessoa jurídica e o crime ambiental
8. Controle preventivo e repressivo da administração.
9. Instrumentos judiciais de defesa do meio ambiente.
10. Ação popular
11. Ação Civil Pública Ministério Público e a Defesa do meio ambiente.
12. Mandado de segurança e Mandado de injunção.
13. Sistema ecológico e ordem jurídica.
14. Direito urbanístico: zoneamento ambiental.
15. Tombamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA.

LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: Do Indivíduo ao coletivo Extrapatrimonial.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

LEME, Paulo Afonso. **Direito Ambiental Brasileiro.** São Paulo: Malheiros.

NALINI, José Renato. **Ética ambiental.** Campinas: Millennium.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Dano Ambiental: Uma Abordagem Conceitual.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.

CORDEIRO, Antônio José (et al.). **Guia Prático de Direito Penal Ambiental.** Rio de Janeiro: Forense, 1992.

GUERRA, Isabella Franco. **Ação Civil Publica e Meio Ambiente.** Rio de Janeiro: Forense, 2000.

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico.** São Paulo: Max Limonad, 1997.

FREITAS, Vladimir Passos de. **A Constituição Federal e a efetividade das normas Ambientais.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.



HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Atividade Agrária e Proteção Ambiental: Simbiose Possível.** São Paulo: Cultural Paulista, 1997.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro.** 8.ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

SANTOS, Saint-Clair Honorato. **Direito Ambiental: Unidades de Conversação, Limitações Administrativas.** Curitiba: Juruá, 2000.

DISCIPLINA: DIREITO BANCÁRIO
CARGA HORÁRIA: 51 HORAS/AULA
8º SEMESTRE

EMENTA: Aspectos introdutórios do Direito Bancário. Análise da evolução histórica do comércio bancário O Sistema Financeiro Nacional, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil. Exame das demais instituições financeiras públicas e instituições financeiras privadas. A insolvência das instituições financeiras. Contratos Bancários e Cartões de crédito.

PROGRAMA:

1. Direito Bancário. Conceito, caracteres, fontes e importância.
2. Evolução histórica do Comércio Bancário. A atual importância do crédito na economia moderna. O crédito em sentido jurídico. As instituições financeiras no sistema de crédito.
3. A atividade bancária. Conceito de banco e sua classificação. O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central. Instituições Financeiras Públicas e Instituições Financeiras Privadas.
4. Instituições Financeiras Privadas. Disciplina. Mobilizações. Contabilidade e balanços. Eleições de administradores e fiscais.
5. O princípio do sigilo nas instituições financeiras.
6. A insolvência das instituições financeiras: o regime especial e suas razões.
7. A insolvência das instituições financeiras: a intervenção administrativa.
8. A insolvência das instituições financeiras: a liquidação extrajudicial.
9. A insolvência das instituições financeiras: a responsabilidade dos administradores e fiscais.
10. Contrato Bancário.
11. Características: contratos de empresa, contratos por adesão, contratos dirigidos.
12. Operações ativas, operações passivas e serviços bancários.
13. As contas bancárias.
14. Depósito bancário.
15. Contratos de garantia: prestação de fiança, concessão de aval.
16. Empréstimo e abertura de crédito.
17. Desconto bancário.
18. O crédito conformado.
19. Operações de câmbio.
20. Cartões de crédito.
21. Os serviços bancários, especialmente a cobrança de crédito, o recebimento de pagamento.
22. A locação de pagamentos.
23. A locação de cofres de segurança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABRÃO, Nelson. **Direito Bancário**. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.
ABRÃO, Nelson. **O Sigilo Bancário e Direito Falimentar**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.
COVELLO, Sérgio Carlos. **O Sigilo Bancário**. São Paulo: LEUD, 1991.



LUZ, Arami Dornelle da. **Negócios Jurídicos Bancários: O Banco múltiplo e seus contratos**. 2.ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos de Crédito Bancário**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros . **Responsabilidade Civil nas Instituições Financeiras e nos Consórcios em Liquidação Extrajudicial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COVELLO, Sérgio Carlos. **Contratos Bancários**. 4.ed. São Paulo: Leud, 2001.

BECKER, L. A.. **Contratos Bancários: Execuções Especiais**. São Paulo: Malheiros, 2002.

VEIGA, Vasco Soares da. **Direito Bancário**. 2.ed. Coimbra: Almedina, 1997.